

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., relativas ao período de seis meses findos em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., tem como objetivo formar e administrar grupos de consórcios, para aquisição de veículos automotores nacionais e importados. Em 31.12.2019 a empresa administrava 32 grupos de consórcios (21 grupos em 2018) com uma base de clientes ativos de 18.025 consorciados (12.950 consorciados ativos em 2018) e 7.078 bens entregues (5.700 em 2018).

Eventos Societários

Os sócios da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., deliberaram pela aprovação da eleição do Sr. Fabien Jean Michel Tournier para o cargo de Diretor Administrativo Financeiro da Companhia o qual tomará posse e será investido na função após a homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil, permanecendo no cargo neste ínterim, a Sra. Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$8.527 milhões em 31 de dezembro de 2019, apresentando evolução de 40,2% em relação a R\$6.082 milhões em 31 de dezembro de 2018. O lucro líquido apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$2,4 milhões (31/12/2018 - R\$197 mil).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos totais atingiram R\$14.987 milhões (31/12/2019 - R\$13.750 milhões). Desse montante destacamos R\$ 7.066 milhões de Títulos e Valores Mobiliários. Em 31 de dezembro de 2019, o exigível total atingiu R\$ 6.460 milhões (31/12/2018 - R\$7.668 milhões), representado, por Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias no montante de R\$ 207 mil (31/12/2018 - R\$ 630 mil) e Outras Obrigações - Diversas atingiu R\$ 6.253 milhões (31/12/2018 - R\$7.038 milhões) encerrados e acordos comerciais.

Auditoria Independente

A política de atuação da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, a Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

Ademais, a Administradora de Consórcio RCI Brasil confirma que a KPMG Auditores Independentes dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

Agradecimentos

A Administradora da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., agradece aos cotistas pela confiança depositada.

Santana de Parnaíba, 30 de março de 2020

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

Ativo	Nota explicativa	2019		2018		Passivo	Nota explicativa	2019		2018	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
Circulante		5.308	10.651			Circulante		2.507	2.591		
Disponibilidades		7	6			Outras Obrigações		2.507	2.591		
Títulos e valores mobiliários	4	457	5.603			Fiscais e previdenciárias		207	630		
Livres		457	5.603			Diversas	7	2.300	1.961		
Cotas de fundos de investimentos	4.a	457	5.603			Exigível a longo prazo		3.953	5.077		
Outros créditos	5	4.844	5.042			Diversas	7	3.953	5.077		
Rendas a receber		558	459			Patrimônio líquido		8.527	6.082		
Diversos	5.a	4.286	4.583			Capital social	9.a	7.270	7.270		
Realizável a longo prazo		9.374	2.794			De Domiciliados no País		5	5		
Títulos e valores mobiliários	4	7.066	—			De Domiciliados no Exterior		7.265	7.265		
Livres		7.066	—			Ajustes de avaliação patrimonial		—	—		
Carteira própria	4.b	7.066	—			Prejuízo acumulado		—	—		(1.188)
Outros créditos	5	2.308	2.794			Reserva de Lucro	9.b	1.257	—		
Créditos específicos	5.b	1.271	1.307								
Diversos		1.037	1.487								
Ativo permanente		305	305			Total do passivo e patrimônio líquido		14.987	13.750		
Imobilizado de Uso		305	305								
Total do ativo		14.987	13.750								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Semestres findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	2º Semestre		Exercício	
		2019	2018	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		177	339	328	328
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		177	339	328	328
Resultado bruto da intermediação financeira		177	339	328	328
Outras receitas (despesas) operacionais		1.660	3.001	(400)	(400)
Receita de prestação de serviços	10	24.726	43.772	28.394	28.394
Despesas gerais e administrativas	11	(23.580)	(40.701)	(47.834)	(47.834)
Despesas tributárias		(796)	(1.626)	(3.269)	(3.269)
Outras receitas (despesas) operacionais	12	1.310	1.556	22.309	22.309
Resultado antes da tributação sobre lucros		1.837	3.340	(72)	(72)
Imposto de renda e contribuição social	6	(546)	(906)	269	269
Imposto de renda - corrente		(102)	(329)	(355)	(355)
Contribuição social - corrente		(41)	(127)	(136)	(136)
Ativo Fiscal Diferido		(403)	(450)	760	760
Lucro líquido do semestre/exercício		1.291	2.434	197	197
Lucro líquido por ação - R\$		0,18	0,33	0,03	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

Ativo	Nota explicativa	2019		2018	
		2019	2018	2019	2018
Circulante e não circulante		99.548	65.099		
Depósitos bancários		4.028	950		
Aplicações financeiras	14	32.907	22.748		
Disponibilidade dos grupos		5.668	3.779		
Vinculado a contemplações		27.239	18.969		
Recursos de grupos em formação		—	—		
Outros créditos		62.613	41.401		
Bens retomados ou devolvidos		24	30		
Direitos junto a consorciados contemplados	15	62.589	41.371		
Compensação		1.362.365	916.906		
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		10.235	3.748		
Contribuições devidas aos grupos		689.991	466.026		
Bens a contemplar		662.139	447.132		
Total do ativo		1.461.913	982.005		
Passivo		99.548	65.099		
Circulante e não circulante		99.548	65.099		
Obrigações com consorciados		46.947	30.994		
Valores a repassar		4.065	2.422		
Contemplações a entregar		27.239	18.969		
Recursos a devolver a consorciados		14.909	8.556		
Recursos do grupo		6.388	4.158		
Compensação		1.362.365	916.906		
Recursos mensais a receber de consorciados		10.235	3.748		
Obrigações dos grupos por contribuições		689.991	466.026		
Bens a contemplar		662.139	447.132		
Total do passivo		1.461.913	982.005		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES

DE GRUPOS - Semestres findos em 31 de dezembro de 2019 em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2º Semestre		Exercício	
	2019	2019	2018	2018
Disponibilidades no início do período	30.640	23.698	19.945	19.945
Depósitos bancários	926	950	1.904	1.904
Aplicações financeiras	29.714	22.748	18.041	18.041
(+) Recursos coletados	66.932	120.183	45.030	45.030
Contribuições para aquisição de bens	40.002	71.450	26.930	26.930
Taxa de administração	22.116	39.746	14.888	14.888
Contribuições ao fundo de reserva	1.046	1.883	721	721
Rendimentos de aplicações financeiras	481	591	61	61
Multas e juros moratórios recebidos	243	398	130	130
Prêmios de seguros	658	1.395	918	918
Custas judiciais	—	—	—	—
Reembolso de Despesas de Registro	—	—	—	—
Outros	2.386	4.720	1.382	1.382
(-) Recursos utilizados	(60.637)	(106.946)	(41.277)	(41.277)
Aquisição de bens	(34.674)	(60.855)	(24.118)	(24.118)
Taxa de administração	(23.860)	(42.086)	(15.657)	(15.657)
Multas e juros	(99)	(170)	(59)	(59)
Prêmios de seguros pagos	(674)	(1.451)	(792)	(792)
Custas judiciais	—	—	—	—
Devoluções a consorciados desligados	(81)	(153)	(64)	(64)
Despesas de Registro de Contrato	—	—	—	—
Outros	(1.249)	(2.231)	(587)	(587)
Disponibilidades no final do período	36.935	36.935	23.698	23.698
Depósitos bancários	4.028	4.028	950	950
Aplicações financeiras	32.907	32.907	22.748	22.748

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Semestres findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2º semestre		Exercício	
	2019	2019	2018	2018
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre	1.291	2.434	197	197
Provisão para riscos cíveis, obrigações legais e previdenciárias	11	33	13	13
Imposto de renda e CSSL diferidos	403	450	(760)	(760)
Imposto de renda e contribuição social correntes	143	456	491	491
Outros ajustes	(2)	11	—	—
Variações de ativos e passivos	(1.841)	(3.383)	63	63
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários - Letras de Câmbio/Cotas de fundo de investimento	(1.388)	(1.920)	2.683	2.683
Aumento (redução) em outros créditos	568	234	(3.791)	(3.791)
Redução (aumento) em outras obrigações	(981)	(1.245)	1.171	1.171
Imposto de renda e contribuição social pagos	(40)	(452)	—	—
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	5	1	4	4
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimentos				
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	5	1	4	4
Disponibilidades no início do semestre	2	6	2	2
Disponibilidades no final do semestre	7	7	6	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros	Lucro/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2018	9	7.270			(3.654)	3.616
Lucro do semestre					2.466	2.466
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9	7.270			(1.188)	6.082
Lucro do semestre					2.434	2.434
Outros ajustes exercícios anteriores				11		11
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9	7.270		1.257		8.527
Saldos em 30 de junho de 2019	9	7.270	13		(45)	7.238
Lucro do semestre					1.291	1.291
Outros ajustes exercícios anteriores			(13)	11		(2)
Reserva de lucro				1.246	(1.246)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9	7.270		1.257		8.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ("Administradora") é uma empresa brasileira sediada em Santana de Parnaíba/SP, que faz parte do Grupo Renault e iniciou suas atividades em 22 de julho de 1993. As operações da Administradora consistem na Administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos automotores nacionais e importados, com a cobrança de taxa de Administração. Os recursos recebidos dos grupos de consórcios são utilizados na aquisição de veículos, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro e o rendimento incorporado ao fundo comum de cada grupo.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com observância das normas e das instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) específicas para administradoras de consórcios, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi ainda homologada pelo Bacen. Pronunciamentos já homologados pelo Bacen:

- (a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Homologado pela Resolução Bacen nº 3.566/08.
- (b) CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Homologado pela Resolução Bacen nº 4.524/16.
- (c) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Homologado pela Resolução Bacen nº 3.604/08.
- (d) CPC 04 - Ativo Intangível - Homologado pela Resolução Bacen nº 4.534/16.
- (e) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Homologado pela Resolução Bacen nº 3.750/09.
- (f) CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - Homologado pela Resolução Bacen nº 3.989/11.
- (g) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Homologado pela Resolução Bacen nº 4.007/11.
- (h) CPC 24 - Evento Subsequente - Homologado pela Resolução Bacen nº 3.973/11.
- (i) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Homologado pela Resolução Bacen nº 3.823/09.
- (j) CPC 27 - Ativo Imobilizado - Homologado pela Resolução Bacen nº 4.535/16.
- (k) CPC 33 - Benefícios a Empregados - Homologado pela Resolução Bacen nº 4.424/15.
- (l) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Dispõe sobre a estrutura conceitual para elaboração das demonstrações financeiras a ser observada pelas instituições financeiras, naquilo que não conflitar com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional ou pelo Banco Central do Brasil, conforme homologado pela Resolução nº 4.144 de 27 de setembro de 2012.

Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen aprovará os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Da Administradora

a. Apuração do resultado

A taxa de administração, devida pelos participantes dos consórcios, é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme disposições na Circular BACEN nº 2381 de 18 de novembro de 1993 e a despesa de comissão decorrente da comercialização de cotas por terceiros, é apropriada ao resultado quando da realização da venda em consonância às disposições da Carta-Circular nº 2598 de 27 de novembro de 1995. As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Administradora é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazos de vencimento iguais ou inferiores a 90 dias.

d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Títulos para negociação: classificam-se nessa categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- Títulos disponíveis para venda: classificam-se nessa categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados ou serem mantidos até o seu vencimento. A apresentação no balanço entre ativos circulante e não circulante é efetuada de acordo com os respectivos prazos de vencimento dos títulos. Os rendimentos intrínsecos são reconhecidos na demonstração de resultado e os ajustes a valor de mercado, ainda não realizados, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.
- Títulos mantidos até o vencimento: nessa categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a Administradora tem a intenção e a capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A apresentação no balanço entre ativo circulante e não circulante é efetuada de acordo com os respectivos prazos de vencimento dos títulos.

e. Ativo permanente

Demonstrado pelos valores de custo de aquisição de cotas de consórcio para compra futura de bens.

f. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administradora revisa as estimativas e as premissas pelo menos semestralmente. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto diferido ativo e provisão para contingências.

g. Passivo circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso.
- Provisões para riscos: são avaliadas por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.
- Passivos contingentes: são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

i. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas, com base na apuração do lucro real, sobre as bases tributáveis, e as alíquotas, de acordo com a legislação fiscal vigente. Foi utilizada a alíquota de 15% e adicional de 10% (quando aplicável) sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, o prejuízo fiscal de imposto de renda e a base negativa de contribuição social, estão apresentados nas notas explicativas 5 e 6.

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e a expectativa de resultados futuros, e referem-se, principalmente, a diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

j. Provisão para inadimplência dos grupos

A Administração constituiu provisão para inadimplência de grupos ativos e encerrados, com base na avaliação da assessoria jurídica, que leva em consideração o estágio do processo jurídico e a expectativa de perda do valor devido, descontado o montante recuperável através da venda dos bens retomados.

k. Obrigações com consorciados

Representam o excedente obtido na gestão dos grupos de consórcios encerrados, que serão restituídos aos antigos quotistas, proporcionalmente às respectivas quotas, à medida que forem solicitadas, uma vez que não foi possível localizar esses consorciados.

3.2 Dos grupos de consórcio

a. Disponibilidades e aplicações financeiras

Representam o montante dos recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária. Conforme determina o Bacen, os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de cada grupo de consórcios administrado pela Administradora, por ocasião das assembleias mensais, não incidindo taxa de Administração sobre estes. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos até a data do balanço, computados individualmente por grupo.

b. Direitos com consorciados contemplados

Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c. Provisão mensal de recursos a receber de consorciados

Refere-se à provisão, para o mês subsequente ao do balanço, dos recebimentos de contribuições de consorciados (fundo comum e fundo de reserva). O montante foi calculado com base no preço vigente do bem na data de encerramento das demonstrações financeiras, conforme determina a Circular Bacen nº 2.381/93.

d. Bens a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculados com base no preço do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

e. Recursos coletados

Representam os recursos coletados desde a constituição dos grupos (ativos), inclusive por reajustes de saldo de caixa, rendimentos vinculados e valores transferidos ao fundo de reserva. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens, recebido dos participantes dos grupos, é determinado com base no valor do bem e o percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescidos da taxa de administração, do fundo de reserva e do seguro de vida, quando autorizado pelo consorciado. O Fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa, de cada grupo, pelo não recebimento de prestações. São constituídos na base de 2% sobre as prestações recebidas e pelos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras das referidas prestações.

f. Recursos utilizados

Representam todos os pagamentos realizados pela Administradora por conta dos grupos, inclusive a taxa de administração, decorrentes dos diversos compromissos dos grupos, que são debitados nas subcontas específicas, e têm como contrapartida as subcontas do grupo recursos a utilizar. A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição de bens, à razão de 8% a 19% sobre a referida contribuição.

g. Obrigações com consorciados

Representam as contribuições de consorciados não contemplados para aquisição de bens, a título de fundo comum, e os valores recebidos cuja destinação não foi identificada.

h. Contemplações a entregar

Representam os compromissos pela entrega de bens a consorciados contemplados, acrescidos dos respectivos rendimentos financeiros.

i. Recursos a devolver a consorciados

Representam os recursos a devolver a consorciados: ativos por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização ou, ainda, aos consorciados desistentes e encerrados.

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

4 Títulos e valores mobiliários - Administradora

	Instituição	2019	2018
Circulante			
Cotas de fundo de investimento (a)	Bradesco	457	5.603
Realizável Longo Prazo			
Carteira própria (b)	Banco RCI Brasil	7.066	-
Total		7.523	5.603

(a) Cotas de Fundo de Investimento administrado pelo Banco Bradesco S.A. com lastro em títulos públicos e não exclusivos, classificadas como disponíveis para venda, não existindo diferenças entre o valor de curva e o valor de mercado.

(b) São constituídas por títulos cambiais emitidos pelo Banco RCI Brasil, pactuados com taxas pós fixadas. Possuem data de emissão entre Outubro de 2019 e Dezembro de 2019 e possuem prazo de vencimento em Abril de 2022.

5 Outros créditos - Diversos

	2019	2018
Rendas a receber	558	459
Taxa de administração	154	75
Bloqueios judiciais	404	384
Créditos específicos		
Valores específicos de grupos de consórcio (a)	1.271	1.307
Diversos		
Impostos a compensar (b)	4.286	4.583
Créditos tributários	1.028	1.478
Outros créditos	9	9
Total	7.152	7.836
Circulante	4.844	5.042
Realizável a longo prazo	2.308	2.794

(b) Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados, registrados também no passivo conforme as regras do Bacen. Vide Nota Explicativa nº 7 (b).

(c) Saldo composto substancialmente por impostos a recuperar de Pis e Cofins (R\$ 3.615) referente a créditos não compensados de anos anteriores e saldo negativo de IR e CSLL (R\$ 615). (Em 2018 substancialmente por Pis e Cofins a recuperar R\$ 3.875 e R\$ 651 de saldo negativo de IR e CSLL).

6 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social

Os valores lançados no resultado são assim sumarizados:

	2019	2019	2018
	2º semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes da tributação sobre lucros	1.505	3.340	(72)
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(512)	(1.136)	24
Prejuízo compensado	66	206	221
Outros ajustes	(2)	11	64
Imposto de Renda e Contribuição Social	(467)	(906)	413
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(403)	(450)	904
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(64)	(456)	(491)
Em 31 de dezembro de 2019, a Administradora possuía um saldo de R\$ 173 de prejuízo fiscal (R\$ 714 em 31 de dezembro de 2018) e R\$ 174 de base negativa de contribuição social (R\$ 715 em 31 de dezembro de 2018).			

A Administradora constituiu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, que serão tributáveis ou dedutíveis no futuro no valor de R\$ 1.028 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.478 em 2018).

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro tributável do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

Créditos Tributários	31/12/2018	Constituições	Realizações	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisão para despesas com comissões	1.249	24.415	(23.382)	2.282
Provisão para serviços de consórcio	2.119	4.242	(5.889)	472
Provisão para bônus adicional	1.005	280	(1.045)	240
Provisão para contingências	263	265	(232)	296
Outros	(289)	96	(74)	(267)
Total base dos créditos	4.347	29.298	(30.621)	3.024
Imposto de renda diferido (25%)	1.087	7.325	(7.655)	756
Contribuição social diferido (9%)	391	2.637	(2.756)	272
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.478	9.961	(10.411)	1.028

b. Expectativa de realização do crédito tributário

Conforme Resolução 3.174/03, as administradoras de consórcio podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de cinco anos.

A Administradora de Consórcio efetuou seu estudo de realização para a data-base de 31 de dezembro de 2019, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	Realização	Créditos Tributários	Valor Presente
2020		368	352
2021		501	480
2022		159	152

Total 1.028 984

O valor presente fora calculado mediante taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) 2019 correspondente a 4,50%.

7 Outras obrigações - Diversas

	2019	2018
Recursos a devolver a consorciados (a)	457	556
Recursos pendentes - Em cobrança judicial (b)	1.271	1.307
Cretores diversos - País (c)	407	208
Provisão para riscos cíveis (Nota Explicativa nº 8)	373	340
Provisão para comissões e bônus adicional	2.522	2.254
Outros (d)	1.223	2.373
Total	6.253	7.038
Circulante	2.300	1.961
Exigível a longo prazo	3.953	5.077

(a) Estão representados por recursos não procurados a distribuir relativos a fundo de reserva e a obrigação a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados. Os valores apresentam-se individualizados por consorciados, conforme determinação do Bacen.

(b) Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados registrados no mesmo montante em contas do ativo na rubrica "Valores específicos de grupos de consórcio", conforme as regras do Bacen. Vide Nota Explicativa nº 5 (a).

(c) Representam fornecedores a pagar e valores dos grupos encerrados que ainda não foram repassados para a administradora.

(d) Representam provisões para serviços de terceiros, auditoria externa e bônus adicional.

8 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais

Em 31 de dezembro de 2019, a Administradora possui provisão para passivos contingentes, a qual apresentará a seguinte movimentação no semestre e exercício:

	2019		Exercício		2018	
	Cível	Trabalhista	Cível	Trabalhista	Cível	Trabalhista
Saldo inicial	314	47	295	44	288	38
Reversão	(102)	(48)	(223)	(44)	(476)	-
Constituição	161	1	301	-	483	6
Saldo final	373	-	373	-	295	44
Quantidade	23	-	23	-	19	1

A Administradora possui em 31 de dezembro de 2019, outras 61 ações cíveis (53 em 2018) e 1 trabalhista (0 em 2018), classificadas com risco de perda possível, com valor envolvido de R\$ 1.820 (R\$ 1.342 em 2018) e R\$ 58 (R\$ 0 em 2018), respectivamente. Dos processos cíveis, a Administradora possui um processo individualmente significativo de R\$ 449, onde trata-se de uma ação de cobrança.

9 Capital social

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado está dividido em 7.270.767 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando valores monetários de R\$ 7.270, sendo 5.653 quotas pertencentes a quotistas domiciliados no País e 7.265.114 quotas pertencentes a residentes no exterior.

O capital estrangeiro, no montante de R\$ 7.265, equivalente a US\$ 3.905 na data da integralização, está devidamente registrado no Bacen e pertence ao quotista RCI Banque.

b. Reserva de lucros

No exercício de 2019 a Administradora constituiu lucros e destinou o valor total de R\$ 1.257 para reserva de lucros.

10 Receita de prestação de serviços

Os valores referem-se à prestação de serviços de administração de grupos de consórcio, cobradas mensalmente dos participantes dos grupos de consórcio e com taxas de administração que variam entre 8% e 21%.

	2019	2018	
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receita de prestação de serviços	24.727	43.772	28.394

11 Despesas gerais e administrativas

	2019		2018
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas com comissões	17.395	30.619	24.392
Despesas de serviços técnicos	4.860	7.704	1.835
Propaganda e Publicidade	294	563	590
Serviços Administrativos	371	985	461
Outras despesas administrativas (a)	660	830	517
Total	23.580	40.701	27.794

(a) Representam outras despesas administrativas tais como, despesas bancárias, perdas com administração de consórcio, despesas com gravames, processamento de dados, despesas legais e judiciais, e viagens e estadias.

12 Outras receitas (despesas) operacionais

	2019		2018
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado de Provisões para Serviços Prestados (a)	(2.287)	(4.242)	(2.996)
Reversão de Provisões para Serviços Prestados	4.043	5.889	720
Resultado de Provisão de Comissão	(2.392)	(4.318)	(9.031)
Reversão de Provisão de Comissão (b)	1.805	4.051	8.995
Resultado de Variações Monetárias	93	200	563
Resultado de Provisão para passivos contingentes (nota explicativa nº 8)	(12)	(34)	(13)
Multa/Juros Impostos, Contribuições	-	-	(6)
Outras receitas operacionais (c)	60	10	4.123
Total	1.310	1.556	2.355

(a) Representa o valor destinado a provisão de Profit Share dos serviços prestados pela terceirização da administração dos grupos de consórcios de acordo com a apuração do resultado mensal.

(b) Representam reversão de bônus adicional de R\$ 1.005 referente pagamento sobre cotas ativas em dezembro de 2018 e reversão de comissão no valor de R\$ 3.046.

(c) Saldo composto substancialmente por provisão de auditoria e taxa de cartão de crédito, em 2018 referente impostos a recuperar de Pis e Cofins referente a créditos não compensados de anos anteriores.

13 O grupo de consórcio

Os controles contábeis dos grupos são individualizados, respeitando a autonomia de cada grupo, e executados de acordo com as normas emitidas pelo Bacen. Os dados das operações dos grupos de consórcio, compostos apenas por automóveis, estão demonstrados no quadro abaixo:

	Quantidades	
	31/12/2019	31/12/2018
Grupos administrados	32	21
Consorticiados ativos	18.025	12.950
Bens entregues no semestre	787	829
Bens entregues totais	7.078	5700
Bens pendentes de entrega	1.130	559
Desistentes e excluídos totais	27.420	15730
Desistentes e excluídos no semestre	7.141	7653
Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de inadimplência é de 1,06% (1,84% em 2018).		

14 Aplicações financeiras - Grupos

	Instituição	2019	2018
Cotas de fundo de investimento - DI	*Bradesco	32.907	22.748
Total		32.907	22.748

(*) Cotas de fundo de investimento - DI administrado pelo Banco Bradesco S.A., com lastro em títulos públicos, não exclusivo e não existindo diferenças entre o seu valor presente e sua realização de mercado.

15 Direitos com consorciados contemplados

Direitos com consorciados contemplados estão assim representados:

	2019	2018
Curso normal	61.815	40.736
Em atraso	496	291
Em cobrança judicial	279	344
Total	62.589	41.371

16 Transações com partes relacionadas

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. (CNPJ nº 73.230.674/0001-56) é parte integrante do Grupo RCI Brasil que é composto, adicionalmente, pelas seguintes empresas: Banco RCI Brasil S.A. (CNPJ nº 62.307.848/0001-15), Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. (CNPJ nº 04.406.267/0001-15).

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

34) e RCI Brasil Serviços e Participações Ltda. (CNPJ nº 13.758.102/0001-12). No exercício de 2019, a Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. provisionou os valores elencados abaixo referindo partes relacionadas:

Partes Relacionadas

	Ativo		Passivo		Receita/Despesa	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Banco RCI Brasil S.A. (a)	7.066	-	78	45	(652)	(657)
DIAC S.A. (b)	-	-	194	4	(218)	(44)
RCI Banque S.A. (c)	-	-	299	-	(363)	-
Total	7.066	-	571	49	(1.232)	(701)

(a) Ativo referem-se a títulos cambiais emitidos pelo Banco RCI Brasil S.A. e Passivo tratam-se de despesas de pessoal destinado à Controlada da Controladora RCI Banque S.A.

(b) Despesas de informática destinado à Controlada da Controladora RCI Banque S.A.

(c) Despesas administrativas destinado à Controladora da Administradora.

17 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Administradora não apresentava saldos e não realizou operações, durante os referidos exercícios, conduzidas nos mercados de derivativos financeiros.

DIRETORIA

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli
Diretora Administrativa Financeira

Jean Philippe Jacques Maurice Vallée
Diretor Presidente

CONTADORA

Suely Cristina da Silva Lima
CRC - 1SP155421/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores da
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.
Santana de Parnaíba - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2019 e demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercícios findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2019 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas

18 Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Administradora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 30 de março de 2020.

19 Eventos subsequentes

Entre 31 de dezembro de 2019 até a data do relatório da auditoria, 30 de março de 2020, a Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., não apresentou impactos em seus resultados após o anúncio da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre uma emergência de saúde global. Estima que poderão ocorrer variações em seus resultados financeiros futuros devido aos impactos ocasionados pelo coronavírus (Covid-19).

O Grupo Renault a qual a Administradora faz parte tem monitorado diariamente a situação no mercado financeiro do Brasil e tem deliberado medidas preventivas em toda a organização. Os verdadeiros impactos na economia real ainda são incertos e de difícil mensuração e também dependerão da efetividade das medidas adotadas pelos Governos e dos esforços coordenados dos Bancos Centrais para prover liquidez ao mercado e às empresas dos setores mais afetados.

não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar da Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 30 de março de 2020



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC - 1SP-259915/O-0